

RECURSOS E REPRESENTAÇÃO EM DISPUTA ENTRE OS TICUNA/AM/BRASIL

Priscila Faulhaber¹

Fábio Vaz Ribeiro de Almeida²

RESUMO – O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise, ainda preliminar, de aspectos da construção social da identidade dos índios Ticuna no Brasil, bem como da situação histórica constituída pelo contato com a sociedade nacional brasileira, pelo contato com a sociedade nacional brasileira, particularmente na luta pelo acesso à sobrevivência econômica, na qual eles atualizam cotidianamente o “ser Ticuna”. As diferentes instituições que representam o Estado Nacional são paternalistas, o que se soma ao sistema de patronagem local. Os diferentes atores externos, em sua relação com os Ticuna, modificam assim a maneira dos mesmos se relacionarem entre si. Esta situação produz uma re-invenção de suas tradições e identidades, mediada pela emergência de novos papéis no seio daquela sociedade.

A análise enfoca a luta para controlar a organização representativa dos Ticuna, e a tentativa de um grupo de intermediários em impor seus próprios interesses, contra as formas de ação societária Ticuna do povo Ticuna como um todo, e contra os seus líderes que estão procurando manter a integridade da sua visão de mundo, seus próprios mitos e práticas rituais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade social, Sociedade nacional, Re-invenção das tradições, Organizações Ticuna, Grupo de intermediários.

¹ MCT/CNPq-Museu Paraense Emílio Goeldi – Departamento de Ciências Humanas. Pesquisadora. Caixa Postal 399. Cep. 66040-170, Belém-PA.

² Fundação Universidade do Amazonas. Pesquisador Visitante. E-mail: fvaz@fua.br.

ABSTRACT - This paper presents a preliminary analysis of aspects of the social construction of identity among Ticuna Indians in Brazil. We also examine aspects of the current conditions of Ticuna contact with the Brazilian national society, which has been characterized by a struggle for economic survival, and a situation where "being Ticuna" becomes a prevalent issue.

Brazilian institutions charged with handling Indian affairs are paternalistic at both regional and federal levels, as well as with respect to local "patrons". Although each has different ways of dealing with the Ticuna, all significantly influence the way the Ticuna interact between themselves, prompting a re-invention of indigenous traditions and identities, and the emergence of new roles within their society.

The primary analysis focuses on the struggle to manage and maintain the representativeness of Ticuna organizations, in the face of attempts by intermediary groups to impose their will. This intervention commonly conflicts with Ticuna interests as a whole and pits itself against community leaders that are trying to restore the integrity of their ideals, world view, myths and ritual performances.

KEY WORDS: Social identity , National society, Re-invention of traditions, Ticuna organizations, Intermediary groups.

INTRODUÇÃO

Trataremos nesta comunicação de processos circunstanciais observados entre os Ticuna que vivem no Brasil, presenciados em pesquisa de campo em 1997, sobre a disputa pela representação travada entre as organizações Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT) e Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna. Os Ticuna brasileiros interagem com agentes da política indigenista brasileira desde os anos vinte, e mais fortemente a partir de 1942, quando o SPI passou a atuar na região, o que implicou na "nacionalização" sócio-territorial Ticuna. Eles haviam sido anteriormente atingidos pela exploração da borracha, sendo submetidos à "situação de

barracão”. Se a intervenção do SPI, e depois da FUNAI, garante uma certa assistência a esta população até então desassistida, representa também a instituição de um paternalismo de estado que se sobrepõe ao do sistema de exploração extrativista, caracterizado pela hierarquização dos laços patrão-cliente.

Na **situação histórica** instituída com a presença do Estado na assistência ao índio que vivia na região (Oliveira 1988), os encarregados do PI Tikuna, redefinem papéis sociais entre os próprios índios ao interagir com lideranças que, embora não fossem importantes na “tradição” Ticuna, rapidamente ganham significação dentro daquela sociedade. A análise desta situação releva um processo que pode ser caracterizado como de “reinvenção das tradições” (Hobsbawn 1988), uma vez que os “capitães” não representavam apenas os interesses de patrões e posteriormente encarregados, mas conforme argumenta Oliveira, só se sustentavam, e só se sustentam, como resultado de composições e alianças internas que configuram uma determinada relação de forças entre os diferentes “grupos vicinais” de cada aldeia (Oliveira 1988). E vai ser um grupo destes capitães, em uma **situação histórica** bastante diferente, o responsável pela constituição do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), já em 1982, sendo portanto um dos precursores do movimento indígena no Estado e no país.

A atuação da FUNAI nos dias de hoje, difere daquela do SPI de 1942 na medida em que as organizações Ticuna têm alguma força e poder de reivindicação, tendo inclusive conseguido superar uma política explicitamente contrária aos seus interesses durante o governo militar, após 1964. Se em muitas ocasiões a intervenção vinha de uma política de Estado baseada na ideologia da integração do índio, hoje o que se vê é a completa inércia do órgão tutor na região, pelo menos em termos de uma política indigenista definida. O que move a ação do administrador regional muitas vezes é a pressão dos índios,

frequentemente materializada na forma de ameaças à própria integridade física que quase sempre é feita de forma individual³. Este tipo de relação e de prática formou várias gerações de índios que viam, ou vêem, na tutela um meio de vida, e ajudou a formar um grupo que se imagina uma “elite indígena” pela proximidade com o poder, tanto a nível local quanto federal (Almeida 1996).

Por outro lado, na situação brasileira, os atores dominantes, ou seja, as “elites regionais”, constituem sua representação sobre a região – Amazônia/Alto Solimões, a partir de uma suposta homogeneidade de sua população, que é estigmatizada como “cabocla”⁴. Mas o contato interétnico local não produz uma homogeneização sob a categoria “caboclo” ou índio, acabando por ter implicações em termos da emergência do movimento Ticuna. A visão homogeneizadora é compatível com os objetivos daqueles que impõem restrições à territorialização Ticuna, cujos territórios no Brasil são reconhecidos pela FUNAI. Com a demarcação de terras Ticuna (a partir de 1993), foi gerada uma situação de conflito, orquestrada em grande parte pela intervenção de madeireiros, atores que controlam o poder a nível local, e têm interesse em acabar com as barreiras no sentido de explorar livremente os recursos do território Ticuna. Esta situação intensificou conflitos entre os seus dirigentes, na luta pela representação, e acirrou os conflitos entre

³ Uma conversa com o Sr. Waldir Torres, que há mais de dez anos ocupa o cargo de administrador da Delegacia Regional de Tabatinga, ilustra muito bem a relação de alguns índios com o órgão. Nos falando dos poucos recursos de que dispõe na sua delegacia e de sua utilização, ele diz: “*O pouco que tenho eu uso quando algum índio chega aqui reclamando. Pago a gasolina dele e ele fica mais calmo. Tou muito velho pra pegar porrada!*”. A longevidade deste funcionário no cargo também pode ser explicada por esta estratégia, que se por um lado é eficaz (do ponto de vista do funcionário), por outro inviabiliza qualquer projeto de autonomia.

⁴ Não cabe nos limites desta comunicação uma avaliação crítica dos estudos antropológicos sobre a construção da identidade de caboclo (Cardoso de Oliveira 1972; Fígole 1985; Lima Ayres 1992; Faulhaber 1997). Cabe destacar que trata-se de uma categoria ambígua, diferenciada em categorias construtivas, no sentido da classificação da população “nativa” da região amazônica através de um estigma constituído a partir de uma autovalorização da “elite” local.

fações, conflitos estes inerentes às suas formas de organização societária (Oliveira 1977, 1988). Este texto pretende fornecer elementos para discussão e análise desta situação conflitiva.

A produção simbólica das identidades regionais foi considerada por Bourdieu como um estado particular da luta de classificações, ou seja, as relações de força materiais ou simbólicas entre os que têm interesses em um determinado modo de classificação. Na definição de região esta luta se daria a partir de uma visão oficial, dominante, reconhecida e considerada legítima, que ignora uma identidade desconhecida e ainda não reconhecida (Bourdieu 1989:118).

Os critérios de identificação são formulados com base em representações mentais, ou seja, em atos de conhecimento ou reconhecimento a partir dos quais os agentes são investidos em seus papéis sociais, que estão classificados conforme arranjos étnicos, identitários ou regionais (Bourdieu 1989:12). A pesquisa antropológica mostra como estes arranjos são constituídos e estes papéis são investidos.

Focalizamos nesta comunicação a luta para dirigir determinada organização representativa (Conselho Geral da Tribo Ticuna), tomando como referência a relação entre os Ticuna e representantes da sociedade envolvente. Os dirigentes Ticuna que constituíram a ACGTT (Associação Conselho Geral da Tribo Ticuna), posteriormente transformada em FOCCITT (Federação das Organizações e dos Caciques e Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna), que compete com o CGTT como entidade representativa do povo Ticuna como um todo, estariam procurando impor um determinado modo de ver e conceber o mundo dentro de uma visão desterritorializada, diferente das formas de ação societária dos representantes dos Ticuna que projetam sua identidade em termos de representações sobre a proveniência deste povo, de seus mitos e cantos rituais.

No alto Solimões, verifica-se a constituição de um segmento Ticuna que passa a se ver como mais próximo da sociedade envolvente, atuando como mecanismo de dominação de atores (madeireiros, comerciantes) e agências (FUNAI, igrejas evangélicas) que interagem com a coletividade Ticuna. Esse segmento, investindo numa disputa faccional no interior do CGTT, acabou por gestar uma entidade concorrente no controle da representação, apoiada por organizações que sempre procuraram representar os interesses de um grupo limitado de índios, tais como os professores e os monitores de saúde.

A identidade étnica regional, que se apresenta sob a forma do cabocloismo, emerge enquanto uma homogeneização social e territorial imposta na estruturação do poder local. Os membros de uma das facções se aproximam de atores e agências da sociedade envolvente e concebem a si mesmos como uma “elite indígena”, agenciando a distribuição dos papéis de prestígio social e procurando controlar a exploração dos recursos. Atuam como uma rede de relações de parentesco e de clientela que controla o acesso aos cargos de agentes de saúde, professor, e mandatário da FUNAI. Por outro lado, ainda como um elemento discursivo desta disputa, alguns são vistos pelos membros da facção que lhe é oposta, e talvez mesmo pelo conjunto da sociedade Ticuna, como caboclos.

A DISPUTA PELO CONTROLE DA REPRESENTAÇÃO

Consideramos que essa disputa para saber quem fala pelos Ticuna está ligada a capacidade de, a partir de uma legitimidade construída na relação com o “outro”, gerir recursos e apontar soluções para as novas demandas da sociedade Ticuna. Está também ligada à possibilidade, que outros atores sociais percebem, de influírem na política Ticuna, e, deste modo, auferirem algum benefício político ou financeiro.

Analisando, em sua dissertação de mestrado, algumas das recentes transformações pelas quais passa a sociedade Ticuna, Fabio Vaz R. de Almeida aponta para o surgimento de novas demandas gerando transformações do *habitus* pela força com que os leva a penetrar no mundo da economia moderna, de modo a satisfazer esses novos anseios e provocando freqüentemente o que Bourdieu chamou de desarraigamento da ordem tradicional (Almeida 1996).

Cabe destacar pelo menos três estratégias, utilizadas por alguns Ticuna como meio de suprir estas novas demandas, pois dão origem ao surgimento de papéis diferenciados no seio da sociedade Ticuna, de onde serão questionadas as lideranças tradicionais. Essas três estratégias podem ser resumidas em apenas uma característica fundamental, que é a de tentar, através da relação com a sociedade nacional, conseguir um emprego que lhe propicie um salário ao final do mês. Seja como professor, contratado pelas prefeituras, pela FUNAI ou pela Secretaria Estadual de Educação, seja como monitor de saúde, contratado pela FUNAI ou poder executivo municipal, ou ainda através do envolvimento na política regional; esses índios assalariados adquirem uma crescente evidência, medida pela quantidade de bens que conseguem comprar e pela possibilidade de constituírem novas e mais amplas alianças.

No caso do envolvimento com a política regional, o salário pode, então, vir de forma direta, com a candidatura e eleição de representantes indígenas para a câmara dos vereadores e outros cargos da administração pública, ou de forma indireta, através do apoio aos candidatos, que mais tarde retribuem os aliados com empregos ou quaisquer outros benefícios. De qualquer forma, este tipo de aliança tem freqüentemente se mostrado infeliz para as organizações Ticuna, na medida em que propicia, aos políticos que historicamente tinham uma relação de conflito com o grupo, a cooptação de falsas lideranças.

Dentre o grupo de opositores do CGTT muito poucos são “verdadeiras lideranças”,⁵ no sentido de serem escolhidas pelas suas “comunidades” através de eleição baseada no arranjo de poder entre os diferentes grupos vicinais. A composição da diretoria da FOCCIT demonstra muito claramente este ponto. Dos cinco membros que respondem por esta organização, três deles jamais foram capitães em suas aldeias de origem ou em qualquer outro lugar. Apenas dois participaram historicamente da constituição do movimento indígena no Alto Solimões, sendo que um único, o Ticuna Adércio Custódio Manoel, atende a ambos os requisitos, tendo sido o 2º coordenador do CGTT. Sua divergência com o antigo companheiro de luta, Pedro Inácio Pinheiro, teve início a partir das eleições municipais de 1992, quando apoiaram candidatos diferentes ao município de São Paulo de Olivença, e foi potencializada pela natural ambição de chegar à posição de maior destaque, assim como pelo fato de ter sido arregimentado pela facção oposta como meio de obter legitimidade.

Dentro das estratégias da FOCCIT para ampliar sua legitimidade, conta-se ainda a tentativa do vice-presidente da organização, e secretário de assuntos indígenas do município de Benjamim Constant, de indicar os capitães das aldeias do município, sob o argumento de que caso não fossem aceitos seus indicados, a prefeitura nada faria para aquela “comunidade”. Essa atitude teve resultado em algumas aldeias, sendo rechaçada com veemência por outras.

A criação da nova organização, à qual sugestivamente num primeiro momento colocaram o nome de ACGTT (Associação do Conselho Geral da Tribo Ticuna), aparece, então, como um lance no jogo político onde uma das facções que disputam este espaço de

⁵ Expressão utilizada pelos capitães com o objetivo de demonstrar a falta de legitimidade de seus adversários, e que acaba por constituir uma identidade contrastiva incorporada pelo grupo.

representação, justamente aquela ligada aos políticos regionais e que dominam com mais eficiência alguns códigos de nossa sociedade, sem condições de tomar o poder dentro da organização tradicional, o CGTT, parte para o recurso extremo. A história de vida de alguns dos membros da diretoria desta nova organização é reveladora dos comprometimentos e alianças que estão dispostos a fazer.

O discurso de contestação das lideranças tradicionais, tem como ponto de partida justamente a verificação da impossibilidade desta via do emprego “oficial” para todos. Aqueles que são excluídos desta alternativa, e não são poucos, sentem-se desprotegidos pelos seus líderes. A respeito da importância que tais funções adquirem no imaginário do grupo, Guilherme Macedo relata como em uma cerimônia na aldeia de Campo Alegre, o capitão abençoa as criancinhas desejando-lhes serem professores ou monitores de saúde quando crescerem (Macedo 1996).

Forças políticas e instituições da sociedade envolvente influenciam, deste modo, a FOCCIT, apoiada ainda pelas organizações de professores e agentes de saúde, e seus membros agenciam seu poder simbólico e material com relação aos seus grupos de mobilização. Sem contar a força persuasiva dos madeireiros e comerciantes, que controlam o poder a nível local, e para romper todas as barreiras à exploração dos recursos dos territórios indígenas cooptam alguns capitães e outros agentes que não atuam como representantes legítimos dos seus grupos vicinais. Os atuais jogos políticos expressam, assim, uma reestruturação dos dispositivos criados pelo regime tutelar, cujos ordenamentos persistem apesar da inoperância e da falência da máquina administrativa criada pela política indigenista.

A FOCCIT se apresenta, então, como um exemplo da constituição de estruturas falsamente representativas, uma vez que estes não são “verdadeiros” representantes de cada comunidade Ticuna, mas agentes de uma distribuição de cargos que corresponde a uma estruturação do

poder local orquestrada a partir dos interesses daqueles que controlam os mecanismos de exploração e de dominação.

Em oposição a esta proximidade com a sociedade nacional e suas elites, surge um movimento de retomada dos ensinamentos dos mais velhos, de Yoi e dos cantos do Evare, do qual o capitão geral do CGTT, Pedro Inácio, torna-se um fervoroso advogado. Este implica na prescrição de uma maior integração com a natureza e afastamento, pelo menos ao nível do discurso, da “vida dos brancos”. Os relatos coletados indicam que sua visão de mundo supõe uma harmonia com o meio ambiente, harmonia esta que estaria ameaçada quando se aproxima do “mundo dos brancos”.

O apoio destas “elites” locais aos dirigentes da FOCCIT parece denotar uma intencionalidade neste processo de “luta pelas classificações” e pelo controle das associações representativas, acentuando as divisões entre os Ticuna, e fortalecendo assim o grupos de interesse voltados à exploração. As lutas das facções Ticuna, observadas em suas filigranas, são uma manifestação da dinâmica deste povo e sua ocupação e expansão territorial. A existência de conflitos internos implica em que membros de algumas “comunidades” se voltem contra os interesses de seu grupo de pertencimento e sejam instrumentalizados – independente de sua identificação com os rituais característicos do “ser Ticuna” – em proveito dos atores dominantes.

Apenas a título de exemplificação dos ganhos que esta elite dominante pôde obter em um momento onde o faccionalismo interno às organizações Ticuna ganha força, gostaríamos de lembrar o ano de 1993, época da demarcação de cerca de um milhão de hectares das terras tradicionais do povo Ticuna, dentre as quais Évare I, a principal delas. Esta demarcação havia sido conseguida através da luta de lideranças do CGTT, que além de pressionarem por anos até verem seus direitos constitucionais garantidos, tiveram fôlego para conseguir junto

ao governo da Áustria o financiamento necessário aos trabalhos de demarcação, e participaram ativamente na fiscalização desta empreitada, realizada por uma firma especializada. Nesta mesma época a participação política dos Ticuna no município de Benjamim Constant era intensa, chegando a contar com três vereadores, além do vice-prefeito. Isso para ficar apenas neste exemplo.

Hoje, depois do investimento de algum recurso por parte dos poderosos locais na promoção e acirramento desta luta faccional, os Ticuna têm que se contentar com apenas um único representante parlamentar e com a presença espúria do antigo vice-prefeito e atual secretário para assuntos indígenas do município, que também é vice-coordenador da FOCCIT. Aqui a promiscuidade entre organização indígena e poder público é evidente.

Além disso, os Ticuna têm hoje contestada sua principal área pelos índios Cocama, grupo étnico que até recentemente sequer reconhecia sua identidade indígena, e que hoje, também patrocinados por políticos locais, contestam a Terra Indígena Évare I.⁶

A identidade Ticuna é acionada, portanto, por índios de ambas as facções com o objetivo de garantir o acesso aos recursos naturais e às fontes de financiamento, que o controle do território e da organização indígena propiciam respectivamente. Paralelamente a este acionar de identidades, que podem variar de significado segundo a ocasião, há uma tentativa de desqualificar o oponente, seja fazendo-lhes acusações que jamais poderiam ser provadas, como a acusação de enriquecimento

⁶ A COIAMA, entidade indígena Cocama cuja sede, curiosamente, está situada na cidade de Manaus, dividindo o espaço com o jornal "O Solimões", financiado por grupos políticos com interesse na criação do Território do Alto Solimões, entrou com uma contestação junto à FUNAI, que, caso seja considerada procedente, pode vir a inviabilizar a regularização definitiva da T.I. Évare I. É interessante ressaltar que as lideranças Ticuna ligadas ao CGIT já tiveram a oportunidade de manifestar seu repúdio tanto à criação deste território quanto ao município de Belém do Solimões, contrariando muitos interesses.

ilícito que a FOCCIT faz a Pedro Inácio, seja desautorizando a entidade oponente como representante dos Ticuna, ou ainda questionando mesmo a identidade indígena dos seus oponentes, como freqüentemente têm feito as lideranças do CGTT em relação à FOCCITT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ser Ticuna” não justifica, portanto, as posições que os diferentes atores têm tomado na disputa pelo monopólio da representação, e muito menos garante a legitimidade dos propósitos destes representantes, conforme querem alguns. O acionar desta identidade em oposição aos “civilizados”, como costumam dizer, faz parte das estratégias políticas utilizadas em uma determinada **situação histórica** e que só podem ser melhor compreendidas se levarmos em conta a dinâmica Ticuna, ligada que está às transformações históricas nas estruturas econômicas, nas disposições e nas ideologias.

A situação Ticuna no Brasil é estruturada pelo sistema tutelar da política indigenista brasileira que implicou na constituição de mecanismos de intervenção introjetados por membros deste grupo étnico. Estes representam a si mesmos enquanto uma “elite”, à qual no entanto, se aplica a classificação estigmatizadora de “caboclo” pelos Ticuna que vivem nos igarapés. Esta “luta de classificações” é estabelecida na dinâmica da disputa pelo controle da direção do movimento Ticuna, e dos recursos econômicos por ela administrados. Os dirigentes Ticuna desempenham papéis influenciados pela estrutura de representação constituída pelo regime tutelar da política indigenista brasileira, no qual o paternalismo de Estado se sobrepõe ao da patronagem.

A aparente força da facção mais próxima da elite política e econômica do Alto Solimões, está diretamente relacionada à sua capacidade de se comunicar para fora do grupo. É, portanto, freqüentemente superdimensionada pelos que não conhecem a realidade que vivem os

Ticuna, a força interna desta facção, que ademais têm constantes financiamentos para a realização de assembleias, onde as reivindicações sociais são encenadas, e a tradição é construída, ou “reinventada” (como sugerimos, na trilha de Hobsbawn 1988), sendo portanto um momento importante na disputa da representação política. Esses financiamentos provêm dos poderes municipais, da administração regional da FUNAI.⁷ Estes se utilizam da pressão a que nos referimos acima, e mesmo de entidades que vez ou outra atuam na região, sem conhecer a situação ou ter uma reflexão crítica mais profunda sobre sua atuação.

Às lideranças tradicionais restam os apoios de suas “comunidades”, que os mantém no cargo de capitão por vontade própria, além do comprometimento de antropólogos e indigenistas preocupados com a apropriação indevida do território Ticuna e utilização deste povo como massa de manobra eleitoral. Contam ainda, e essa parece ser sua avaliação atual, com o tempo, pois consideram insustentável a situação das “falsas lideranças”, termo construído nesta luta pelo monopólio da representação e que constitui uma identidade negativa em oposição à sua identidade de “lideranças verdadeiras”.

Ainda que circunstanciais, as informações apresentadas neste artigo mostram que o movimento Ticuna no Brasil está estruturado, assim, com referência às próprias facções e a um regime duplamente paternalista, constituído a nível das relações interétnicas. A disputa pela representação Ticuna não obedece, deste modo, unicamente à sua dinâmica intrínseca, mas também à luta pela apropriação dos recursos econômicos de seu território, bem como ao capital simbólico investido na construção da sua identidade enquanto o mais numeroso grupo

⁷ Na verdade, a posição do responsável pela delegacia de Tabatinga tem sido ambígua, de modo a se equilibrar no cargo sem que a disputa dos Ticuna atrapalhe sua permanência no cargo.

indígena da Amazônia brasileira que mantém ainda sua língua, suas festas e cantos rituais, suas raízes e suas histórias contadas.

A disputa pelo monopólio da representação, com vistas à apropriação dos recursos econômicos do território Ticuna, ganha uma marcada diferenciação entre aqueles que pretendem um projeto individualista de ascensão política ou econômica pessoal (perfeitamente exemplificados pelos dirigentes da FOCCIT), e aqueles que pretendem um projeto de desenvolvimento ancorado na autonomia do povo Ticuna. É interessante ressaltar que os dirigentes do CGTT, grupo que pode ser identificado com este segundo projeto de desenvolvimento, jamais deixaram de se preocupar com a regularização definitiva das áreas Ticuna, mesmo depois que aquelas onde moram já estavam garantidas, e começam hoje a discutir a necessidade de se manter um permanente monitoramento de suas áreas com vistas a acompanhar propostas e usos em disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F.V.R. 1996. *Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os rumos de um projeto*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ. Tese de mestrado.
- BOURDIEU, P. 1989. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, DIFEL.
- BOURDIEU, P. 1979. *O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*. São Paulo, Perspectiva.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1972a. *O Índio e o mundo dos brancos: uma interpretação sociológica da situação dos Tukuna*. 2 ed. São Paulo, Pioneira.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1972b. Possibilidade de uma antropologia da ação entre os Ticuna. In: *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 197-222.
- FAULHABER, P. 1997. Identificación de poblaciones, indianidad y ambientalismo: Las redes sociales en Tefé. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. Quito.

- FIGOLI, L. 1985. Identidade Regional y caboclisto: índios del Alto Rio Negro en Manaos. *Anu. Antropol.* 83:119-154. Brasília, Tempo Brasileiro.
- HOBBSAWM, E.J. 1984. Introdução. In: HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (eds.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIMA-AYRES, D. 1992. *The Social Category Caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian region (the middle Solimoes)*. University of Cambridge. Ph.D. thesis.
- MACEDO, G.M. 1996. *Negociando a identidade com os brancos: religião e política em um núcleo urbano Ticuna*. Rio de Janeiro, Museu Nacional. Tese de Mestrado.
- MALINOWSKI, B. 1984. O mito na psicologia primitiva. In: *Magia, Ciência e Religião*. Lisboa, Edições 70, p. 97-153.
- LEACH, E. 1989. Myth as justification for faction change. In: *Political Systems in Highland Burma*. London, Athlone, p. 264-278.
- OLIVEIRA, J.P. 1977. *As Facções e a ordem política em uma reserva Tükuna..* Brasília, UnB. Tese de Mestrado.
- OLIVEIRA, J.P. 1988. *O Nosso Governo": Os Ticuna e o Regime Tutelar*. Rio de Janeiro, Marco Zero/MCT/CNPq.

Recebido em: 14.07.98

Aprovado em: 14.05.99